

**As andanças dos jesuítas pelas Minas Gerais:  
uma análise da presença e atuação da  
Companhia de Jesus até sua expulsão (1759)\***  
*(The Jesuits' travels through Minas Gerais:  
an analysis of the presence and performance of the  
Company of Jesus until its expulsion – 1759)*

Leandro Pena Catão\*\*

**Resumo**

Este artigo analisa a presença e atuação dos padres da Companhia de Jesus nas Minas Gerais. Apesar das proibições régias no que se referia à presença de regulares nas Minas, isso não significou que esses padres, entre os quais vários jesuítas, marcassem presença naquele território. Os primeiros jesuítas a pisar no espaço que viria a constituir as Minas do Ouro aqui estiveram ainda no século XVI, e as expedições com a finalidade de catequese e aldeamento de gentios se mantiveram no decorrer do século XVII. A descoberta do ouro não inibiu a presença dos jesuítas. Pelo contrário, a presença e atuação dos inicianos na primeira metade do século XVIII foi decisiva e se deu em eventos de grande relevância, como na Revolta de Felipe dos Santos e na Missão dos Padres Matemáticos ordenada pela Coroa com o intuito de subsidiar o acordo para delimitação das fronteiras com a América Espanhola (Tratado de Madri). Os jesuítas que por aqui passaram contribuíram para a formação de uma cultura política que culminou em quatro delitos de Inconfidências que tiveram como palco as Minas durante o período pombalino.

**Palavras-chave:** Companhia de Jesus; Minas Gerais; Século XVIII; Cultura política.

A presença dos padres da Companhia de Jesus na capitania das Minas Gerais e em seus “sertões” adjacentes é um tema pouco abordado pela historiografia mineira. Por conta disso, muitas vezes parte-se da premissa equivocada segunda a qual o clero regular foi pouco presente e atuante no cotidiano

---

\* Artigo recebido em maio de 2008 e aprovado para publicação em junho 2008.

\*\* Doutor em História pela UFMG, professor do Mestrado em Educação, Cultura e Organizações da UEMG/Funed, e-mail: leandropenacatao@gmail.com

das Minas setecentistas. Em parte, esse silêncio se explica por conta da restrição imposta pela Coroa quanto à presença de Ordens Religiosas nas Minas Gerais. Não obstante os inúmeros pronunciamentos régios proibindo a entrada e a permanência de religiosos regulares na capitania das Minas, isso não significou que a vontade da Coroa fosse atendida. Ao contrário, a insistente repetição de tais ordens ao longo de toda a primeira metade do século XVIII pode ser interpretada como um indício do não-cumprimento das determinações régias a esse respeito.<sup>1</sup> Como bem adverte Caio Boschi:

Não se suponha também que tais restrições foram levadas às últimas conseqüências na política religiosa portuguesa para as Minas Gerais. Apesar de as autoridades governamentais insistirem sempre em suas correspondências e relatórios na inexistência de ordens religiosas na Capitania, conhecem-se alguns casos que, em parte, comprometem essas assertivas, como, por exemplo, a presença de esmoleres da Terra Santa, de capuchinhos, de jesuítas, de ursulinas, sem falar nos franciscanos. (BOSCHI, 1986, p. 83)

Eventualmente, alguns regulares eram credenciados a entrar temporariamente no território das Minas. Constantemente, chegavam às mãos dos governadores da Capitania cartas e ordens régias pedindo a pronta expulsão de religiosos regulares da região mineradora, uma vez que quase sempre eles eram relacionados a sedições e desordens.<sup>2</sup> O objetivo deste artigo é mapear e analisar a presença ou as “andanças” dos padres da Companhia, bem como sua influência (ou a de suas idéias) em eventos decisivos da história das Minas Gerais setecentistas, suprimindo parcialmente essa lacuna historiográfica.

A presença dos jesuítas nas Minas Gerais, ou no território que viria a formar a Capitania, foi constante em boa parte do século XVIII. Na verdade, a relação é mais remota do que se pensa.<sup>3</sup> Desde muito cedo, os jesuítas foram os grandes exploradores dos “sertões” que compunham as imensas posses da Coroa portuguesa na América. As primeiras incursões jesuíticas no território das Minas datam do século XVI, com o padre Azpilcueta Navarro (1553) e o padre João Pereira (1574). São dessa época as primeiras notícias de uma “Serra das Esmeraldas” e de uma aldeia chamada “Mar Verde”, onde João Pereira

<sup>1</sup> Caio César Boschi observa tal ponto em sua obra, bem como aponta indícios da presença constante dos regulares nas Minas, sem, no entanto, debruçar-se sobre esse assunto (cf. BOSCHI, 1986, p. 83-84).

<sup>2</sup> “Como os filhos de Israel no deserto”? (ou a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). Neste artigo, Caio Boschi enumera todas as fontes acerca dos pronunciamentos régios ordenando a expulsão de regulares das Minas.

<sup>3</sup> A obra de Serafim Leite é ponto de partida obrigatório para qualquer estudo relativa à ação da Companhia de Jesus na América portuguesa (cf. SERAFIM LEITE, 1945, v. 6).

erigiu uma igreja em 1574. Ambas as expedições penetraram no coração das Minas. A partir do século XVII, seguiram várias expedições jesuíticas da capitania do Espírito Santo em direção ao território das Minas, que até então era povoado apenas por nativos (SERAFIM LEITE, 1945, p. 185-9). Os principais objetivos das expedições eram o aldeamento e a catequese dos nativos, embora tenha sido grande o empenho dos padres da Companhia de Jesus no intuito de reencontrar o caminho até a serra das Esmeraldas ao longo do século XVII (SERAFIM LEITE, 1945, p. 189). A aldeia jesuítica dos Reis Magos, localizada no Espírito Santo, foi o ponto de partida da maior parte das expedições coordenadas pelos jesuítas à região que viria a constituir a capitania das Minas Gerais (SERAFIM LEITE, 1945, p. 179).

Às vésperas da descoberta do ouro na região das Minas, os padres da Companhia de Jesus se deslocavam por aquela região com relativa desenvoltura e conhecimento geográfico do “caminho geral do sertão”. Desde o século XVII, os inacianos conheciam um roteiro que ligava São Paulo à Bahia, passando pela região que mais tarde constituiria o território da capitania das Minas Gerais, que era muito árido, segundo os seus próprios relatos (SERAFIM LEITE, 1937, p. 114-115).<sup>4</sup> Partia-se da Bahia em direção às terras dos índios amoipiras, marchando sempre por terra. Eram mais de quatro meses de viagem:

Padecendo muitas necessidades assim de água, [...], como de comida. O que foi ocasião de que à volta se lhes tornassem para suas terras muitas das almas que consigo traziam [os jesuítas]. Pelo que pode agora ter por alvitre do céu achar-se que da vila de São Paulo se pode ir de canoa até os portos dos Amoipiras. (SERAFIM LEITE, 1937, p. 114)

No sentido oposto, para quem partia de São Paulo, o caminho transpunha, ao todo, uma distância de 400 léguas, até “o sertão do gentio chamado Amoipira”, que dista do rio São Francisco 20 léguas, localizado junto à barra de outro rio chamado Paracatu, onde vivem os índios com suas famílias. Os ditos índios amoipiras, apesar de viverem às margens do rio Paracatu, desciam constantemente às margens do São Francisco em busca de suas riquezas naturais e abundantes peixes, não se fixando na região “por causa dos muitos mosquitos que há nos matos a ele visinhos” (SERAFIM LEITE, 1937, p. 114). O caminho, minuciosamente descrito pelos jesuítas, era o seguinte: embarcava-se no porto de rio Anhembi, que dista 25 léguas de São Paulo, as quais se

---

<sup>4</sup> Infelizmente, o autor não especifica a data exata dessas entradas empreendidas pelos jesuítas.

vencem em três dias de jornada; “ao som de sua corrente irão demandar o Iguaçu, Rio Grande, no qual aquele se mete no que gastarão 12 dias”; contra a correnteza, dever-se-ia navegar até que à margem esquerda se encontrasse outro rio, chamado Aguapeí, “de trás de um salto, dito Pirapora, no que se gasta mê e meio”; entrando no rio Aguapeí, acima, são mais quatro dias de jornada até avistarem o primeiro porto. Dizem os padres que:

catando a terra do primeiro porto, onde se embarcaram, acharam grãos de ouro. [...] Deste porto, obra de algumas léguas, está o nomeado Rio de São Francisco, em demanda do qual irão, deixando sempre o dito porto nas costas e caminhando ao som do mesmo campo, e podem levar por ele as canoas, se não quiserem fazer outras. (SERAFIM LEITE, 1937, p. 115)

Uma vez no rio São Francisco, eram mais 30 dias de navegação rio abaixo, até a barra de um rio chamado pelos índios *Goiabií*, que ficava na margem direita do São Francisco; adentrando o rio *Goiabií*, eram mais dois dias até a barra do rio Paracatu; da barra do rio Paracatu, são mais 15 dias de jornada até os portos dos índios amoipiras (SERAFIM LEITE, 1937, p. 116).

Não por acaso, já à época dos primeiros descobertos auríferos nas Minas Gerais, o vale do rio São Francisco se achava povoado e repleto de “currais”, onde se criava o gado, entre os quais alguns pertencentes aos jesuítas. A Companhia de Jesus parece não ter abandonado suas missões nas proximidades do sertão do rio São Francisco no contexto em que se intensificou a povoação das Minas Gerais e dos sertões adjacentes. Durante o século XVIII, os jesuítas mantiveram várias missões nos limites ou mesmo dentro da capitania de Minas. A primeira das povoações, denominada *Lanhoso*, localizava-se próximo à atual cidade de Uberaba. Mais ao norte e a oeste, localizava-se uma das maiores missões jesuíticas da região, denominada *Santana*, que, ao tempo da expulsão dos jesuítas dos domínios lusos, contava com 780 índios aldeados. É importante mencionar que esses aldeamentos estavam sob a responsabilidade do colégio da Companhia de São Paulo. A aldeia de *Santana* estaria relativamente próxima do rio das Velhas, onde esse deságua no São Francisco e também não muito distante da Vila de Paracatu, no caminho entre essa vila e as minas de Goiás (VIOTTI, s/d, p. 364-5). Existe ainda hoje na localidade de Barra do Guaicuí (denominada no século XVIII de *Barra do rio das Velhas*), região muito importante durante o século XVIII, uma igreja inacabada, cuja construção é atribuída aos padres da Companhia de Jesus. A igreja encontrava-se em fase de edificação em 1755, mas não se sabe exatamente o ano em que se iniciou a construção da chamada “Igreja dos jesuítas.” Ao que tudo

indica, a sua edificação não foi concluída devido à expulsão dos jesuítas, perpetrada em 1759.<sup>5</sup> Em seus relatos sobre a expulsão dos jesuítas do Império português, o jesuíta José Caeiro faz menção a esses aldeamentos nas margens do rio das Velhas, quando informa acerca da prisão de dois companheiros seus, “os padres Manuel Cruz e Francisco José que pastoreavam numa aldeia nas margens do chamado Rio das Velhas” (CAEIRO, 1936, p. 61). Ambos os padres pedem dispensa dos votos feitos aos superiores da Companhia de Jesus e são poupados do degredo imposto aos jesuítas. Existia ainda outra missão nas proximidades do rio das Velhas, denominada *Rio das Pedras*. Localizava-se junto a um de seus afluentes, denominado exatamente *Rio das Pedras*, que nascia na serra do Cipó (VIOTTI, s/d, p. 365).

A partir do século XVIII, após a descoberta do ouro nas Minas e com a conseqüente povoação e colonização das terras mineiras, alterar-se-ia completamente o panorama histórico, e os jesuítas tiveram que se adequar à nova conjuntura. Até então, eram relativamente corriqueiras as entradas jesuíticas sertão adentro no que viria a ser o território mineiro. Era de se esperar, então, que os jesuítas tivessem o ímpeto de dirigir-se às Minas, principalmente nos primeiros anos do Setecentos, quando ainda não havia restrições à entrada na região e era tênue o controle administrativo por parte das autoridades designadas pela Coroa.

Em 1711, era publicada em Lisboa a primeira obra a mencionar notícias acerca das Minas Gerais. O autor, André João Antonil, padre da Companhia de Jesus, atesta a presença dos regulares nas Minas desde os primeiros tempos após a descoberta do ouro nessas terras.

Cada ano vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas [...]. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa. (ANTONIL, 1997, p. 167)

Apesar de não ter estado nas Minas, Antonil demonstrou possuir vastos conhecimentos acerca daquele território, saberes por certo partilhados com outros membros da Companhia. A grande comunicação entre os seus membros era uma das mais marcantes características da Companhia de Jesus. É exatamente nesse contexto que são compostas as primeiras cartas régias que

---

<sup>5</sup> Os dados constam no inventário do IEPHA-MG, assinado pelo historiador Fabiano Lopes de Paula, gentilmente cedido pelo historiador Márcio Santos.

proíbem a entrada e a permanência de regulares nas Minas. Contudo, como se viu, os inicianos possuíam aldeamentos próximos aos limites da capitania de Minas Gerais e em seus sertões, limites que, por sinal, eram precários.

Em várias oportunidades, ao longo da primeira metade do século XVIII, os jesuítas entram no território mineiro acompanhados de autoridades régias. Segundo atesta o ouvidor Caetano da Costa Matoso<sup>6</sup> em suas anotações quando se encontrava a caminho para as Minas, em 1749, em “companhia de um padre da Companhia [de Jesus] chamado José Nogueira, sobrinho do bispo” (MATOSO, 2000, p. 883), era a terceira vez que vinham às Minas padres da Companhia: “Porque a primeira foi quando se descobriram essas Minas Gerais, no ano de 1695, em que Artur de Sá e Meneses, Governador do Rio [de Janeiro], veio tomar posse delas e trouxe na sua companhia um destes padres, que era seu confessor” (MATOSO, 2000, p. 883).

Em 1717, o padre Antônio Correia, natural do Rio de Janeiro, saiu de sua cidade natal em missão às Minas, chegando a Vila Rica em companhia do conde de Assumar. Padre Antonio Correia fora professor de Filosofia em Olinda. Não era a primeira vez que o dito padre fazia parte de comitiva em direção aos “sertões”, já que compusera a missão comandada por dom João de Lancastre na sua entrada à região do salitre, no rio São Francisco (VIOTI, s/d, p. 362). No ano de 1719, adentrou nas Minas outro padre jesuíta, José Mascarenhas, também oriundo do colégio do Rio de Janeiro. Era igualmente mestre em Filosofia, tendo lecionado no colégio da Companhia em São Paulo (VIOTI, s/d, p. 362). Era comum os jesuítas irem em missões pelas vilas, arraiais e cidades em todo o vasto território que compunha os domínios dos reis católicos, que abarcava quatro continentes (SERAFIM LEITE, 1945, p. 192).

Os dois padres da Companhia tinham bom relacionamento com o conde de Assumar, tanto que se instalaram no palácio do governador (ROMEIRO, 2001, p. 154). Na ocasião da “Revolta de Vila Rica”, os padres da Companhia tentaram amenizar os ânimos dos amotinados que partiram de Vila Rica em direção a Ribeirão do Carmo. Os revoltosos exigiam o fim das casas de fundição. Um dos padres da Companhia, em nome de Assumar e a seu pedido, tentou convencer os amotinados dos inconvenientes a que se expunham com os tumultos, sem sucesso. A fim de justificar perante a Corte

---

<sup>6</sup> Ouvidor da comarca de Vila Rica empossado em 1749, Caetano Costa Matoso tornar-se-ia célebre por sua violenta contenda com o então bispo das Minas, dom Manuel da Cruz.

as duras medidas adotadas contra parte dos amotinados de 1720, o conde de Assumar patrocinou o *Discurso Histórico e Político*. Há forte evidência de que o referido discurso foi escrito pelos jesuítas, sob a supervisão de Assumar.<sup>7</sup> Dom Pedro de Almeida chegou a confidenciar a um primo: “[...] me foi preciso para o sossego da consciência pedir a dois padres da Companhia que estão em minha casa, bons teólogos, que me dissessem o que sentiam no caso, e fizeram o papel incluso que remeto a V. S” (ANTT, Casa da Fronteira, Inventário n. 120; *apud* ROMEIRO, 2001, p. 154).

O apostolado desses dois jesuítas nas Minas Gerais durou quase quatro anos, período em que certamente muitos contatos se fizeram entre os missionários e a população local. Padre José Mascarenhas descortina uma série de informações importantes, por meio de uma carta endereçada ao geral da Ordem, datada de 20 de maio de 1720: “Vim para as Minas, por ordem da obediência, para missionar segundo costume de nossa Companhia” (SERAFIM LEITE, 1945, p. 193). Padre Mascarenhas encaminhou-se às Minas sob as ordens de um superior, o que comprova a falta de sincronia entre as ações da Companhia de Jesus e as ordens régias no que diz respeito à entrada de padres regulares nas Minas. Nem todos os jesuítas que entraram nas Minas Gerais naquele contexto o fizeram com autorização régia. Mascarenhas informava a seu superior o desenrolar, assim como os frutos da missão às Gerais:

Na quaresma começamos a Missão, e todo o tempo ocupamos neste ministério, não nos poupando a trabalhos, nem deixando de fazer nada para ressuscitar os bons costumes quase sepultados na auri sacra fame. Devemos agradecer a Deus terem visto os moradores por seus próprios olhos quão diferentes são de outros, os costumes e nome da Companhia, com a modéstia amável dos seus religiosos. Não posso calar quanto a padre Antônio Correia tem feito com o seu exemplo, e são doutrina, tanto em público, pregando, como em particular, aconselhando. Homem de vida austera, pelo seu zelo e santa conversação, adquirira para si e para a Companhia nome venerável e imortal. (ARSI Bras. 10/1. fol. 254r-254v; *apud* SERAFIM LEITE, 1945, p. 193)

Ainda de acordo com os relatos do jesuíta, esses eram bastante conhecidos e estimados nas Minas. Atuaram em Vila Rica, Ribeirão do Carmo e também nas redondezas dessas Vilas. Seus pareceres eram muito renomados, e muitos católicos vinham de regiões ermas da capitania das Minas com a finalidade de consultar os dois padres. É certo que esses padres andaram por outras

---

<sup>7</sup> Sobre este assunto, ver: “Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720”. Estudo crítico, notas e estabelecimento do texto: Laura de Mello e Souza.

regiões da capitania, o que se comprova pela impressão que deixou o padre Mascarenhas, intitulada “Interpretação que deu às letras da inscrição achada na entrada de uma furna na Comarca do Rio das Mortes”. Os serviços “públicos” prestados por eles em Minas Gerais foram louvados em carta régia (ARSI Bras. 10/2. fol. 425r; *apud* SERAFIM LEITE, 1945, p. 193).

Novamente com relação à missão desses jesuítas nas Minas, Serafim Leite faz uma afirmação de extrema importância: “Com a chegada do padre Mascarenhas, construíram os jesuítas, na Vila de Ribeirão do Carmo, pequena e modesta residência, onde viviam, não muito longe do palácio do Governador. Trabalhavam com os meninos, os rudes e os escravos. E recusavam o ouro, que os moradores lhe ofertavam” (SERAFIM LEITE, 1945, p. 193). Como foi construída a residência, se por recursos próprios ou doação do governo das Minas, e ainda se essa residência continuou a existir após o regresso dos padres ao Rio de Janeiro são perguntas que carecem de respostas.

Os padres Antônio Correa e José Mascarenhas não foram os únicos membros da Companhia de Jesus relacionados à *Sedição de Vila Rica de 1720*. Segundo relatos do jesuíta Manuel da Fonseca, o companheiro de Ordem, Belchior Pontes, havia profetizado o referido levante.<sup>8</sup> Circulavam os rumores de que o jesuíta do colégio de São Paulo havia previsto o motim e, chegando os ditos rumores ao conhecimento do conde de Assumar, ele: “Desejando saber a fonte donde tinha emanado, escreveu de próprio a um Religioso que então assistia no Colégio de São Paulo, pedindo-lhe que o informasse acerca de um Religioso, que tinha a várias pessoas, que se recolhessem antes de um grande destroço, que havia se haver nas ditas Minas [...]” (FONSECA, 1752, p. 242).

Segundo os relatos do jesuíta Manuel da Fonseca, vários homens que seguiam em direção a diversas partes das Minas Gerais e que tiveram contato com o padre Belchior tinham conhecimento do desastre iminente, pois era grande o seu prestígio e o da Companhia em geral. Nenhum homem sábio e prudente “emprendia ação difícil e perigosa sem primeiro o consultarem como oráculo” (FONSECA, 1752, p. 220). A obra sobre a vida do referido padre é pródiga em assinalar tais exemplos, assim como a felicidade e o regozijo daqueles que levavam a sério as palavras daquele jesuíta. Entretanto, dizia

<sup>8</sup> A obra do padre Manuel da Fonseca, *A vida do venerável padre Belchior de Pontes*, foi publicada em Lisboa, em 1752, contando para isso com todas as autorizações necessárias. Formular profecias não era exclusividade do padre Belchior, ou mesmo dos jesuítas. Esse é um traço característico de uma religiosidade fortemente marcada pelo milenarismo.

o padre Manuel da Fonseca, foram muitos os sinais do céu de que era iminente o castigo aos povos que habitavam as Minas, “mas como as profecias de ordinário são escuras, e os que as ouvem, ou não as entendem ou não executam o que nelas se proíbe” (FONSECA, 1752, p. 245). Por isso, o padre Belchior Pontes recomendava que se “disse aos Párocos das Freguesias que publicassem penitencia aos seus fregueses, e procurassem movê-los à emenda das vidas; pois os seus vícios e torpeza tinham irritado de tal sorte a Justiça Divina, que pretendia castigá-los com todo o rigor [...]” (FONSECA, 1752, p. 245). E esse não foi o único levante que o padre Belchior Pontes “profetizou”. Fizera o mesmo com relação ao confronto protagonizado por paulistas e emboabas no início daquele século (FONSECA, 1752, p. 201-219).

A presença dos jesuítas José de Mascarenhas e Antônio Correa não repercutiu apenas no âmbito religioso. Adriana Romeiro chama a atenção para a formação de uma cultura política própria da capitania das Minas Gerais, no qual se descortina um panorama fortemente influenciado pelas idéias da Companhia de Jesus (ROMEIRO, 2001, p. 146-167). Os jesuítas possuíam imenso prestígio entre a população portuguesa, em todos os extratos sociais, além disso gozavam de uma formação intelectual sólida. As instituições jesuíticas, sobretudo os colégios, constituíam verdadeiros núcleos de dispersão de idéias de cunho político. Os padres jesuítas Antônio Correia e José Mascarenhas foram os responsáveis pela introdução de uma série de escritos jesuíticos nas Minas, que teriam forte repercussão de natureza política.<sup>9</sup> Ademais, fora dos limites da região mineradora, os jesuítas controlavam um verdadeiro império econômico.<sup>10</sup> Até 1750, eram quase que exclusivamente os responsáveis por todas as instituições de ensino em todos os níveis em Portugal. Até meados do século XVIII, grande parte do clero secular era formado pelos jesuítas, fato ainda mais marcante na América portuguesa, onde não havia seminários diocesanos até meados do século XVIII (RENOU, 1991, p. 378).

Há outro registro da presença de jesuítas nas Minas, na década de 1720. Padre Antônio da Cruz dirigiu-se àquelas terras em 1724 com o intento de arrecadar recursos para a causa da beatificação do padre Anchieta (SERAFIM LEITE, 1945, p. 194).

---

<sup>9</sup> Adriana Romeiro faz essas descobertas seguindo o rastro de Pedro de Rates Henequim, que esteve nas Minas durante a primeira metade do século XVIII (ROMEIRO, 2001, p. 146-167).

<sup>10</sup> Sobre o Império econômico construído pelos jesuítas na América portuguesa, ver: Assunção, 2001.

Na década de 1730, estiveram nas Minas Gerais pelo menos mais dois jesuítas em importante missão, dessa vez a mando da própria Coroa portuguesa. A presença dos jesuítas estava ligada a uma complexa trama política relacionada aos preparativos para a celebração do Tratado de Madri, que seria assinado em 1750 pelas duas Coroas Ibéricas. Para auxiliar nesses estudos preliminares, o rei convocou ao reino, em 1722, dois padres jesuítas italianos: Domenico Capassi e Giovanni Battista Carbone. Chegaram em Portugal no mesmo ano, permanecendo ali até 1728, ocasião em que Conselho Ultramarino aconselhou dom João V a mandá-los para o Brasil, para que, “discorrendo pelos sertões daqueles Estados, fizessem mapas de todas as terras dos referidos Estados, descrevendo o que devia ficar na jurisdição de cada Estado e suas Capitanias” (AHU - Cód. 248, Conselho Ultramarino, fol. 249v-250r; *apud* ALMEIDA, 1999, p. 82). Entretanto, Padre Carbone permaneceu na Corte, onde viria a exercer papel de grande destaque no cenário político português, tornando-se um dos principais conselheiros do rei. Somente o padre Capassi viajou para o Rio de Janeiro em companhia do também jesuíta Diogo Soares, professor nas Universidades de Coimbra e Évora, ambos renomados matemáticos e com amplos conhecimentos na área cartográfica. A escolha dos jesuítas deveu-se ao fato de que eram os mais aptos para empreender tão custosa e importante empreitada e isso graças à proeminência da Companhia de Jesus no que se refere à capacitação de seus estudiosos.<sup>11</sup>

A Coroa tinha urgência em conhecer bem suas possessões na América, com uma riqueza de detalhes que fosse possível, principalmente dos territórios recém-descobertos onde se extraía o ouro e o diamante, nas áreas correspondentes às capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. O Conselho Ultramarino entendia que, através das informações levantadas pela missão dos cartógrafos jesuítas:

[...] também por este modo se poderá conhecer por onde nos convém fazer a separação dos domínios de Castela pelo sertão, a qual questão é grave e poderá envolver grandes dissensões se nos não prevenirmos ante tempo para constituirmos limites certos entre os domínios desta Coroa com a de Castela (AIHGB 1.1.25, fol. 278-278v; *apud* ALMEIDA, 1999, p. 81).

Outro objetivo da missão seria a delimitação dos limites entre as capitanias e os bispados da América portuguesa, pondo fim a um sério problema

<sup>11</sup> Acerca da expedição dos matemáticos jesuítas na América portuguesa, consultar também: Cortesão, 1952, v. 2, p. 14-26.

de ordem administrativa relacionado às esferas civil e eclesiástica. Mas era a separação dos limites territoriais com as terras de Castela na América a preocupação central da Coroa, o que exigia o conhecimento dos “sertões” e de suas riquezas (AHU - Cód. 248, Conselho Ultramarino, fol. 249v-250r; *apud* ALMEIDA, 1999, p. 82). Eram vitais e de imenso valor estratégico as informações coletadas e aferidas pelos padres da Companhia, sobre um território que àquela altura era muito mal conhecido, sobretudo os sertões onde se encontravam as preciosas catas auríferas, cujas posses ainda não eram definitivas, devido exatamente às incertezas quanto à soberania de uma ou outra potência ibérica (ALMEIDA, 1999, p. 82-83).

Os matemáticos jesuítas executaram um importante trabalho cartográfico, confeccionando valiosos mapas e coletando informações acerca das capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Colônia de Sacramento, além das regiões interioranas onde estavam as minas de ouro e de diamante na capitania de Minas Gerais (FURTADO; COSTA; RENGER; SANTOS, 2002, p. 54-59).<sup>12</sup> Com relação à passagem dos jesuítas nas Minas Gerais, sabe-se que padre Diogo Soares ali chegou no ano de 1731, encontrando-se com padre Capassi no arraial de Cachoeira do Campo, em 1734. No ano seguinte, ambos já estavam na capitania de São Paulo (ALMEIDA, 1999, p. 80 e 84). Não é conhecido o trajeto exato dos cartógrafos jesuítas pelas Minas, mas sabe-se que eles percorreram todas as comarcas, incluindo o recém-criado Distrito Diamantino, e percorreram todas as vilas da capitania, além de muitas outras localidades (ALMEIDA, 1999, p. 84).<sup>13</sup> Os mapas produzidos com base nos dados coletados pelos padres refletiam o quão frutífera fora a passagem deles pela região.

Em requerimento endereçado a dom João V, datado de 1731, o padre Manuel Pires de Carvalho, membro da Companhia de Jesus, solicitou ao rei que ordenasse ao governador das Minas Gerais, dom Lourenço de Almeida, a restituição de suas roças (AHU/MG. - cx 19, doc, 18). Um pedido como esse, partindo de um jesuíta na capitania das Minas, seria no mínimo incomum, se não levarmos em conta o contexto (CORTESÃO, 1952, p. 22-23). Nesse período, encontravam-se nas Minas os jesuítas matemáticos e, certamente, os padres

---

<sup>12</sup> Alguns dos mapas produzidos pelos cartógrafos jesuítas, além de outras informações acerca da missão deles pelas Minas, podem ser vistos nessa obra.

<sup>13</sup> Outra fonte que comprova a passagem dos jesuítas matemáticos pelas Minas é o documento intitulado: *Tabuada das Latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul da América Austral e portuguesa pelos padres Diogo Soares e Domingos Capaci, matemáticos régios no Estado do Brasil*. O referido documento apresenta as coordenadas exatas de um imenso número de localidades de todas as regiões da capitania das Minas Gerais. In: CÓDICE, Costa Matoso. Doc. 1, p. 159-166.

dirigiram-se para os sertões acompanhados de uma comitiva composta por outros membros da Companhia. O pronunciamento do padre Manuel Pires de Carvalho também pode se explicar pelo fato de ele ser natural das Minas.

Na década de 1740, tem início outro importante capítulo no que diz respeito à presença e influência dos inacianos nas Minas Gerais. Em 1745, dom João V elevou a vila do Ribeirão do Carmo à categoria de cidade, com o nome de Mariana, em homenagem à sua rainha. Tal fato deu-se em virtude da criação de uma sede episcopal nas Minas. Escolhido como primeiro bispo das Minas, dom frei Manoel da Cruz, religioso de São Bernardo, prelado do Maranhão, veio por terra desde São Luiz até Mariana, entrando na cidade em novembro de 1748 (OLIVEIRA, 2001, p. 51-52). Embora pertencesse a outra Ordem religiosa, dom frei Manuel da Cruz era um entusiasta da Companhia de Jesus, onde tinha muitos amigos, entre os quais o padre Gabriel Malagrida, um dos mais célebres membros da referida Ordem de seu tempo (BOSCHI, 1986, p. 83-84. Cf. nota 32). Ao longo do período em que foi bispo do Maranhão, realizou, pessoalmente, várias visitas pastorais nos sertões daquela capitania, ordenando muitos sacerdotes, entre os quais muitos religiosos regulares (OLIVEIRA, 2001, p. 48). É provável que o bom relacionamento do referido bispo com os membros da Companhia de Jesus fosse oriundo do convívio com membros da Ordem no Maranhão, onde era forte e marcante a presença dos jesuítas.

Em movimento semelhante ao empreendido no norte dos domínios portugueses na América, dom frei Manuel da Cruz intentou, com êxito, a criação de um seminário episcopal nas Minas. Em carta a dom João V, rogou a Sua Majestade a dádiva de ali naquelas Minas instalar um seminário. O bispo solicitou ainda a vinda do padre jesuíta Gabriel Malagrida para que esse, em missão nessas Minas, fosse o responsável pelo seminário. Em carta régia de 1748, ainda no reinado de dom João V, o primeiro bispo marianense teve ambas as mercês concedidas pelo monarca (TRINDADE, 1953, p. 373).

Apesar da permissão régia, por alguma razão desconhecida, o padre Malagrida não pôde atender à solicitação do amigo. Dom Manuel da Cruz pediu então à Companhia de Jesus a vinda de seu sobrinho, padre José Nogueira, no que foi atendido. Em fevereiro de 1749, o jesuíta, professor de Filosofia, já se encontrava em Mariana. Um ano depois, no mês de dezembro, inaugurava-se o seminário (TRINDADE, 1951, p. 9-10). O padre José Nogueira reunia as funções de professor e missionário, com ampla atuação perante a comunidade local, fazendo freqüentes pregações e exercendo o papel de diretor espiritual

de alguns habitantes da região. Àquela altura, o bispo de Mariana intentava elevar o número de professores no seminário. E, mais ainda, havia evidências muito fortes de que dom frei Manuel da Cruz pretendia entregar o controle do Seminário diocesano à Companhia de Jesus, e não simplesmente confiar-lhe a sua direção (TRINDADE, 1951, p. 12). Um elemento que corrobora esse propósito foi o fato de o seminário de Mariana ter sido consagrado à *Boa Morte*, uma devoção criada e difundida pela Companhia de Jesus (SANT'ANNA, 2004, p. 5-6).

Em carta do prelado marianense ao jesuíta José Moreira, o primeiro rogava ao amigo que intercedesse diante do rei, do qual era o confessor, a fim de que o monarca fizesse a mercê de conceder a permissão para que fossem enviados às Minas mais três padres da Companhia de Jesus, “para serem mestres de Filosofia e Teologia neste Seminário que ando fundando para a mesma Companhia em que atualmente é mestre [...] Padre José Nogueira, do Colégio do Rio de Janeiro” (TRINDADE, 1951, p. 12-13). Em outubro de 1753, dom José I ordenou que fossem para o seminário os jesuítas pedidos pelo bispo. A aprovação do novo monarca era bastante significativa. Apesar dos violentos confrontos com os jesuítas que viriam a marcar de maneira substancial o seu reinado, nota-se que àquela altura a Corte em nada se opunha à vinda de mais três padres mestres para a importante região mineradora. Tudo corria relativamente bem segundo os intentos do prelado. Apesar do silêncio das fontes quanto à vinda ou não dos demais mestres jesuítas, tudo levava a crer que os referidos padres ali se encontravam em número razoável. Os jesuítas chegaram a estabelecer uma *residência* na cidade episcopal, da qual foi superior o padre José Morais (SERAFIM LEITE, 1945, p. 199-201).

A vinculação entre dom Manuel da Cruz e a Companhia de Jesus ultrapassava os limites do seminário diocesano. Em aviso régio de 24 de março de 1753, o bispo de Mariana era advertido “por constar que o governo de seu bispado era dirigido por uns clérigos seus sobrinhos” (VEIGA, 1998, p. 400). O dito sobrinho ao qual se referia o documento seria, muito provavelmente, o jesuíta José Nogueira. Não consta, no entanto, nenhuma atitude drástica das autoridades temporais receando a crescente penetração e influência dos jesuítas naquela capitania. Ocorre que os anos seguintes seriam marcados por forte mudança no cenário político português, que iria reverberar profundamente no relacionamento da Coroa Lusitana com a Companhia de Jesus, e vice-versa.

Com relação à estreita ligação entre o primeiro bispo das Minas Gerais e a Companhia de Jesus, é possível inferir que a Ordem teria articulado a nomeação

do primeiro àquele cargo estrategicamente tão importante, utilizando-se do prestígio até então desfrutado pela Ordem perante a Coroa. O referido foi nomeado ainda na década de 1740, antes da ascensão de Pombal. Segundo o jesuíta José Caeiro, em seus relatos sobre *Os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal*, o substituto de dom frei Manuel da Cruz na prelazia do Maranhão foi indicação do jesuíta José Moreira (confessor do rei) e do já mencionado padre Carbone, um dos mais poderosos conselheiros que circundavam o soberano (CAEIRO, 1936, p. 317). Não seria estranho, portanto, com base nessa imensa afinidade entre dom frei Manuel da Cruz e a Ordem inaciana, o fato de o bispo de Mariana ter se empenhado tanto em introduzir os jesuítas nas Minas, utilizando-se de todos os canais e meios possíveis para isso.

Em carta de 1756, endereçada ao amigo Gabriel Malagrida, o prelado marianense expunha de forma clara uma série de posicionamentos que expressavam de maneira incontestada a sua ampla afinidade com a espiritualidade e as práticas da Companhia de Jesus, externando ainda seus sentimentos quanto à grave catástrofe que se abatera sobre Lisboa: o terremoto do Dia de Todos os Santos. Com relação ao cismo de 1755, dizia dom frei Manuel da Cruz: “O estrago dessa soberba Corte foi na verdade lamentável, mas bem merecido este flagelo da Divina Justiça [...] Estimo muito que as Majestades e toda a sua Real família se resolvessem a tomar os exercícios de Santo Inácio [...]” (TRINDADE, 1951, p. 17). O bispo de Mariana estava se referindo ao ambiente de consternação e efervescência religiosa que se instalou em Portugal logo após a catástrofe, no qual a maior parte da Corte também tomou parte, até mesmo a Família Real. Os dizeres do bispo marianense dão conta da afinidade dele com relação à interpretação perpetrada por seu amigo Malagrida no que diz respeito ao terremoto de Lisboa de 1755, segundo a qual aquela catástrofe era decorrência das “extravagâncias” daquela Corte.

Em seu relatório decenal à Santa Sé, o bispo novamente deixou transparecer a sua afinidade com os métodos propostos por Santo Inácio de Loyola ao relatar os seus procedimentos na ocasião das visitas pela diocese, ao dizer que “fazia a leitura de um texto de meditação apropriado para a oração mental e a isto me dedicava por tempo determinado; empenhei-me em difundir este exercício, através de cartas encíclicas, expedidas para toda a diocese”. Em outro trecho do mesmo relatório, referente à formação dos clérigos do seminário, afirmava o prelado que “todos os candidatos às ordens são

preparados pelos exercícios espirituais de Santo Inácio [...]” (AEAM, Relatório de dom frei Manuel da Cruz à Santa Sé, 1757).

As alterações de natureza política implementadas pelo governo reformista ilustrado sob a batuta do marquês de Pombal não demorariam muito a fazer sentir nas Minas. O primeiro “desentendimento” entre a Coroa e o bispo de Mariana ocorreu em 1754. Em carta régia de 31 de dezembro daquele ano, a Coroa afirmou estar informada de que “no Bispado de Mariana andavam vários eremitas pedindo com caixinhas e Imagens de Santos só com licença do Bispo daquela Diocese, e como esta não basta para se admitirem estes homens a pedir vagamente não he justo se tolere um abuso tão prejudicial aos povos [...]” (AHU/MG. - cx. 66, doc. 72). Na carta régia, o monarca ordenava não apenas aos ministros da capitania das Minas Gerais, mas a todos os outros vassallos do vice-reinado do Brasil, que “não consentissem com os ditos peditórios e façam observar inteiramente as Leis e Ordens que há sobre esta matéria” (AHU/MG. - cx. 66, doc. 72). Alguns anos mais tarde, já na década de 1760, a Coroa teria imensa preocupação com *os ermitãos*, já que se sabia àquela altura que muitos jesuítas estariam circulando pelas Minas Gerais encobertos e disfarçados. A carta régia de 31 de dezembro de 1754 ordenava também que o governador das Minas averiguasse “se há no Pitanguí [sic], ou outra terra daquele Bispado alguns pretos andando por ordem do bispo pedindo esmolas para um Seminário e achando-os os embarace para não continuarem praticando com Mesmo disposto nas mesmas Leis e Ordens” (AHU/MG. - cx. 66, doc. 72). Esse documento atesta o empenho de dom frei Manuel da Cruz em levantar fundos com o intuito de arregimentar o seminário, que àquela altura já se encontrava funcionando.

Eis que, em 1757, os planos de dom Manoel da Cruz entraram em franco desacordo com as ações da administração do marquês de Pombal. Aquele ano marcou o definitivo acirramento do conflito entre a Coroa e a Companhia de Jesus.<sup>14</sup> Em 1757, Pombal remeteu carta ao governador das Minas manifestando ter recebido denúncia de que o bispo favorecia a ação dos jesuítas, que intentavam instalar uma residência em Mariana. Pombal se referia à denúncia perpetrada por Leandro Barbosa de Matos datada de 15 de abril de 1757, que dava conta “da presença de jesuítas no caminho para as Minas assim como dos motivos de seu estabelecimento no dito território e dos procedimentos do

---

<sup>14</sup> Sobre o confronto entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa durante o período pombalino, ver: Catão, 2005, cap. 2 e 3.

Bispo de Mariana na pretendida função de um seminário e na introdução dos jesuítas [...] (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino – Cód. 1.3.8, fol. 186v.). A denúncia mencionada por Pombal não era infundada. No entanto, as ações do bispo em benefício dos padres da Companhia de Jesus tinham contado até então com a aquiescência da Coroa. Ocorre que o recebimento da denúncia coincidiu exatamente com o momento em que as relações entre os jesuítas e o governo andavam muito estremecidas. O confronto entre os jesuítas e Pombal ganhava contornos decisivos. Estava sendo deflagrada no reino uma forte “perseguição” aos inacianos. As novas diretrizes então estabelecidas pelo governo de dom José I eram muito diferentes das que haviam marcado o reinado antecessor, sobretudo no que dizia respeito ao trato com os padres da Companhia de Jesus. O confronto com a Companhia de Jesus era parte de um projeto político mais amplo, em que o objetivo era submeter a Igreja ao Estado e “pôr termo à posição hegemônica do clero sobre a sociedade civil” (BOSCHI, 1999, p. 41). O combate empreendido pelo gabinete pombalino aos inacianos era “combate político e não religioso” (BOSCHI, 1999, p. 47). Esse foi um período de tremenda turbulência política e social em várias partes do Império português.

Em carta do secretário de Estado do Conselho Ultramarino, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, dirigida ao irmão do conde de Bobadela, José Antônio Freire de Andrade, governador interino das Minas, datada de 31 de janeiro de 1758, o secretário de Estado congratulava o governador das Minas por executar as ordens que lhe foram dirigidas, as quais ordenavam:

Para se desalojar, e fazer sahir do território do caminho das Minas ao Padre Manoel Cardoso, e seu companheiro ambos da Companhia de Jesus, dos motivos de seu estabelecimento no dito território, e dos procedimentos do Bispo de Mariana na pretendida função de um Seminário, e na introdução dos jesuítas [sic] com os aparentes pretextos do parentesco, e da necessidade de sua doutrina para gerencial do dito Seminário, e para as consultas dos casos graves, que ocorrem naquelle Bispado. (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino – Cód. 1.3.8, fol. 187-187v. e 188)

Em outro documento, o rei mandava o conde de Bobadela “estranhar severamente” a atitude do bispo Manuel da Cruz, por “haver introduzido no território das Minas os Regulares com transgressão manifesta das suas Reais Ordens [...]” (IHGB Arquivo do Conselho Ultramarino códice 1.3.8 f. 186v., 187v e 188). Fica claro o descontentamento da Coroa ante as atitudes de dom frei Manuel da Cruz não apenas com relação à introdução de regulares no território mineiro, em Mariana, mas também com relação ao fato de estar

“encobertando” padres missionários em aldeamentos indígenas dispersos pelos sertões das Minas. Para a Coroa, dom Manuel da Cruz estava diretamente ligado à introdução dos jesuítas na diocese sob a sua jurisdição, como deixa claro outro documento, também datado de 31 de janeiro de 1758:

Sendo presente a Sua Majestade que V. Ex. com transgressão manifesta das Suas Reaes Ordens tem introduzido no território das minas alguns Regulares, e não podendo [sic] uma violação tão estranha, nem com o pretexto de parentesco, que V. Ex. para introduzir um religioso da Companhia de Jesus a título de seu sobrinho, nem com outro pretexto de falta de conselho; [...] a ofensa do respeito devido as Reais Ordens do Mesmo Senhor, me mando estranhar a V. Ex. a irregularidade do referido procedimento, e intimar lhe a expressa proibição até da tolerância de todos e quaisquer regulares no território de sua jurisdição; tendo entendido que no caso de reincidência usara Sua Maj. Com V. Ex. daquelas demonstrações de seu justo e Real Poder que julgar necessário para cessar o escândalo e a perturbação que causam nos seus feis vassallos a repetição de tão prejudiciais desobediência aos Seus Régios mandados. (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino – Cód. 1.3.8, fol. 192)

Valendo-se da análise desse documento, é possível apreender alguns elementos relativos à política pombalina na esfera administrativa e religiosa. Primeiramente, observa-se, na prática, o quanto deveria ser direto e incisivo o controle da Coroa sobre o clero (principalmente o secular), graças às prerrogativas concedidas ao rei pelo padroado e também qual seria o lugar da Igreja no âmbito pombalino: subordinada ao Estado. Não obstante tratar-se de uma alta dignidade eclesiástica, dom Manuel da Cruz foi asperamente advertido pelo Conselho Ultramarino, no sentido de que viesse a agir na estrita observância daquilo que lhe foi determinado pela “esfera superior”. Para a Coroa, estava claro que o bispo acobertava jesuítas, atitude absolutamente contrária aos seus desígnios e interesses.

Em carta datada de 8 de maio de 1758, quatro meses após aquela severa repreensão, o rei comunicava ao então governador das Minas, Gomes Freire de Andrade, que informasse ao bispo da diocese mineira que “mandasse recolher aos seus claustros os Religiosos da Companhia de Jesus, que estão exercitando como párocos, debaixo do nome de missionários, nas aldeias e residência da mesma Diocese [...]” (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino Cód. 1.3.8, fol. 184-184v). O monarca afirmava, na oportunidade, não haver necessidade da presença de qualquer regular nas Minas, uma vez que tinha “certa informação de que atualmente há naquele continente número não só suficiente, mas superabundante de clérigos capazes de exercitar aqueles ministérios” (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino - Cód. 1.3.8, fol. 184-184v).

Também na mesma data era expedida uma carta régia, endereçada ao conde de Bobadela, cuja matéria era quase a mesma daquela correspondência recebida alguns meses antes via Conselho Ultramarino:

Pela Carta firmada pela Minha Real Mão, que será com esta, significo ao Bispo dessa Diocese do Rio de Janeiro, que usando dos poderes de Reformador Apostólico da Religião da Companhia de Jesus, que lhes significados, fizesse recolher as Casas das respectivas filiações os Religiosos da dita Companhia, que com transgressão repreensível das Minhas Reaes Ordens expedidas sobre esta matéria, **se acham ainda assistindo no território da Diocese de Mariana**. O que pareceu comunicar-vos para que assim o façais executar pelo que vos pertence, fazendo sahir os mesmos Religiosos sem demora, nem replica de todas as terras mineraes de vossa jurisdição onde forem achados, ou procurarem introduzir-se. (AIHGB – Arquivo do Conselho Ultramarino – Cód. 1.3.8, fol. 179)

A carta indicava alguns pontos importantes. Evidenciava a preocupação da Coroa em relação à presença da Companhia de Jesus na capitania das Minas. Ficavam claras também a insatisfação e a desconfiança em relação ao prelado de Mariana no que se referia à introdução dos jesuítas naquele território.

Em 3 de setembro de 1759, os membros da Companhia de Jesus foram declarados inimigos da Coroa portuguesa e expulsos de todas as suas possessões. Era o ápice do conflito entre o governo português e a Ordem. Em dezembro do mesmo ano, o conde de Bobadela recebeu um documento do Conselho Ultramarino especificando a maneira como deveriam ficar aprisionados os padres da Companhia, no qual se demonstra, entre outras coisas, o quão importante era para a Coroa evitar todo e qualquer contato dos padres jesuítas com a população, o que atesta, sob determinado ponto de vista, o bom relacionamento e o prestígio gozados pelos jesuítas perante os povos de maneira geral. No entanto, o fato que mais interessa é a informação que dá conta de que foi instalada uma prisão para os membros da Companhia de Jesus em Minas Gerais, como mostra o cabeçalho do documento recebido pelo governador, referente aos cuidados que deveriam ser observados quanto à prisão e guarda dos jesuítas prisioneiros: “Ordens que se hão de observar nas guardas que bloquearem as casas em que devem ficar reclusos os Religiosos da Companhia de Jesus, nas Capitánias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”. (AIHGB - Arquivo do Conselho Ultramarino – Cód. 1.3.8, fol. 170-171v)

A ordem para a reclusão dos jesuítas que atuavam e circulavam na capitania de Minas Gerais não seria necessária se o número deles fosse reduzido na diocese de Mariana. Tal documento também revela o quanto tal matéria era importante para a Coroa, tanto que deveriam ser muito bem guardados e

permanecer incomunicáveis. Foi duro o tratamento que lhes foi dispensado, seja na colônia, seja na metrópole, sendo que muitos acabaram mortos devido aos maus-tratos.<sup>15</sup>

Existem vários registros da presença de jesuítas nas Minas Gerais e em seus sertões nesse período, além daqueles relacionados diretamente ao bispo de Mariana. O jesuíta Anselmo Eckart, que atuava na América portuguesa por essa época, relata a presença de vários deles nas imediações do que era então a região mineradora, confirmando também a existência de um cárcere provisório nas Minas. Eckart menciona a “saga” dos jesuítas Manuel da Silva e Pedro Tedaldi, que, “seguindo os passos gloriosos do P. Malagrida, percorreram as plagas imensas do Brasil [...]”. Manuel da Silva atuou nos vastos sertões margeados pelo rio São Francisco, sendo que no momento da expulsão encontrava-se “à margem do rio das Velhas, como lhe chamam [...]” (ECKART, 1987, p. 176). Segundo os relatos de Eckart:

A 20 de março de 1760, foi preso [o padre Manuel da Silva] com seu companheiro [o jesuíta de nacionalidade italiana Pedro Tedaldi] na perseguição pombalina, e obrigados a atravessar a região dos Goiazes, perto das minas de ouro geralmente chamadas Minas Gerais. Ali permaneceu por 40 dias, sob a vigilância de soldados. Finalmente foi levado ao Rio de Janeiro [...] sendo encerrado na prisão na fortaleza da Ilha das Cobras. (ECKART, 1987, p. 176)

Naturalmente, as medidas governamentais adotadas para com os padres da Companhia não agradaram ao bispo das Minas Gerais. A insatisfação do bispo Manuel da Cruz para com tais medidas ficou clara na promoção da causa de beatificação do padre Anchieta, entre os anos de 1758 e 1759, e na manutenção nos estatutos de sua diocese, de todos os feriados específicos da Companhia de Jesus, como aquele em homenagem a Inácio de Loyola, patrono da Companhia.

O sentimento do bispo no que se refere à sorte dos jesuítas certamente não foi um caso isolado. O “golpe” também foi sentido por outros eclesiásticos e pessoas comuns na capitania das Minas e fora dela. Até a primeira metade do século XVIII, não existiam na América portuguesa seminários diocesanos (o de Mariana foi um dos primeiros). Cabia, pois, aos colégios da Companhia de Jesus a formação de quase todo o clero que atuava na Colônia, e não apenas o clero local. Boa parcela dos filhos dos abastados estudava com os jesuítas nos colégios da Companhia ou no seminário de Mariana, que,

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes quanto ao tratamento dispensado aos jesuítas presos, ver: Eckart, 1987.

durante os seus primeiros anos, também foi dirigido e orientado pelos jesuítas. Era bastante significativa a penetração da Companhia de Jesus nas distintas partes da América portuguesa inclusive nos campos social e político, mesmo em Minas Gerais, onde sua atuação foi menos intensa. Outro indício da relação profícua dos jesuítas com os filhos da capitania das Minas Gerais pôde ser atestado quando, no ato da contagem e identificação dos jesuítas que seguiam presos para Lisboa, se verificou que mais de vinte eram naturais daquela região (VIOTI, s/d. p. 368). Entre esses jesuítas naturais das Minas do Ouro, destaca-se José Basílio da Gama, que, conforme a possibilidade concedida pelo governo português no ato da expulsão dos inacianos, abandonou o hábito da Ordem, uma vez que ainda não havia feito os votos definitivos.

Essa profunda insatisfação por parte de alguns vassallos com relação à expulsão dos jesuítas do mundo português iria gestar sérias convulsões políticas nas Minas Gerais, em represália não apenas ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, naturalmente associado ao combate aos padres da Companhia. Atacam também, e com violência, o próprio monarca. Apesar de ser o ápice dos confrontos entre a Coroa e os jesuítas, a expulsão desses do universo português estava longe de configurar a resolução e o fim daquele conflito. Os padres da Companhia e seus amigos ou “aderentes”, como a eles se referia Pombal, estavam longe de encarar com submissão aquilo que eles entendiam ser um violento distúrbio da ordem, da unidade da cristandade. Sob o ponto de vista dos jesuítas e os que os apoiavam, configurava-se um nítido caso de tirania, em que o governo quebrara o pacto segundo o qual o monarca deve servir a seu povo, e não o contrário. Era legítimo, segundo preceitos políticos defendidos e propagados pelos jesuítas, denominados teorias corporativas, resistir a tamanhas “atrocidades”, a um tão abominável ato contra a Igreja. É esse sentimento que vai mover alguns vassallos de Sua Majestade a proferir publicamente e a disseminar papéis com os mais horrendos insultos e sacrilégios contra o rei nas Minas Gerais, dando origem às inconfidências do período pombalino.<sup>16</sup>

Foi constante a presença dos inacianos nas Minas Gerais setecentistas, mesmo após a expulsão dos referidos padres das possessões portuguesas em 1759. Nem todos os jesuítas seguiram para o Velho Mundo, alguns continuaram nas vastidões da América portuguesa, e isso inclui as Minas; eram os

<sup>16</sup> Por uma questão de espaço, não analisaremos essas Inconfidências neste artigo. As Inconfidências, assim como o envolvimento dos jesuítas (e suas idéias), são analisadas em: Catão, 2005.

jesuítas “encobertos”, usando a denominação empregada pelos agentes da Coroa na Capitania.<sup>17</sup> Além disso, muitos que ficavam, como o próprio bispo de Minas Gerais, eram profundos admiradores da Companhia de Jesus. A notícia da expulsão dos jesuítas foi recebida com desalento por grande parcela da população mineira, o que pode ser comprovado com a eclosão de quatro Inconfidências<sup>18</sup> motivadas pela expulsão dos jesuítas que tiveram como palco Vila Rica 1760; arraial do Santo Antônio do Curvelo 1760; Sabará 1775 e novamente o Curvelo em 1776.<sup>19</sup> Essas Inconfidências, que tiveram como palco as Minas durante o período pombalino, atestam a influência e o prestígio dos inacianos na região, que fora construído ao longo do tempo em que estiveram presentes lá, ou seu ideário. A análise sobretudo do período relativo ao governo de dom frei Manuel da Cruz à frente do bispado de Minas revela o quão foi drástica a mudança de orientação política empreendida pelo gabinete pombalino, que culminou com a expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas.

### Abstract

This article analyzes the presence and action of the Jesus Company priests in Minas Gerais. Despite royal prohibitions in what referred to the presence of regular priests in Minas Gerais, those priests, among them many Jesuits, marked their presence in the territory. The first Jesuits to step on the ground that came to be the Gold Mines were here in the 16<sup>th</sup> century, and expeditions for the heathens’ catechesis and settlement purposes were kept all over the 17<sup>th</sup> century. The discovery of gold did not inhibit the Jesuits’ presence. On the contrary, the presence and action of the Inacians in the first half of the 18<sup>th</sup> century were decisive and comprised events of such huge relevance as the Felipe dos Santos Revolt and the Mathematic Priests’ Mission ordered by the Crown in order to subsidize the agreement to establish the frontier with Spanish America (Treaty of Madrid). The Jesuits who traveled through Minas Gerais contributed to the constitution of a political culture that culminated in four offences of *Inconfidências* (insurrections) in the State during the Pombal period.

**Key words:** The Jesus Company; Minas Gerais; 18<sup>th</sup> century; Political culture.

---

<sup>17</sup> Sobre a presença de jesuítas encobertos e ex-jesuítas nas Minas Gerais após 1759, ver: Catão, 2005, cap. 4.

<sup>18</sup> Inconfidência significava à época falta de fé e de obediência ao rei.

<sup>19</sup> Sobre as Inconfidências relacionadas à expulsão dos jesuítas, ver: Catão, 2005.

## Fontes e referências

### Fontes manuscritas

**Arquivo Histórico Ultramarino (AHU):** Conselho Ultramarino, documentos avulsos relativos à Capitania de Minas Gerais.

Cx. 19 doc. 18.

Cx. 66 doc. 72.

### Arquivo Episcopal da Arquidiocese de Mariana (AEAM)

CRUZ, Dom Frei Manuel da. **Relatório do Episcopado de Mariana à Sagrada Congregação do Concílio de Trento.** 1757, Armário nº 1, gaveta nº 1, pasta nº 17.

### Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB)

#### Coleção Conselho Ultramarino

Códice 1. 3. 8; fólios. 148; 153v a 154; 154; 158; 159; 162; 164v a 167v; 167v a 168v; 184 a 184v; 186v; 187 a 187v; 188; 192; 192 a 192v; 170 a 171v; 179 a 179v;

### Fontes impressas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CAEIRO, José. **Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII).** Salvador: Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

*CÓDICE Costa Matoso. 2 v. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.*

ECKART, Anselmo. **Memórias de um Jesuíta prisioneiro de Pombal.** São Paulo: Loyola, 1987.

FONSECA, Manoel da. **Vida do venerável padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da Província do Brasil.** Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1752.

VEIGA, José Pedro Xavier. **Efemérides mineiras.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

## Referências

ALMEIDA, André Ferrand de. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). **Oceanos**, Lisboa, n. 40, p. 79-94, dez. 1999.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: a administração dos bens divinos**. 2001. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOSCHI, Cáo César. Como os filhos de Israel no deserto? (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). **Varia História**, Belo Horizonte, número especial. n. 21, p. 119-141, 1999.

BOSCHI, Cáo César. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Cáo César (Coord.). **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

CATÃO, Leandro Pena. **Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino**. 2005. Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. 2 v. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1952.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736). **Oceanos**, Lisboa, n. 40, p. 128-48, dez. 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEITE, Serafim. **Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V: Da Baía ao Nordeste, Estabelecimentos e assuntos locais séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI: Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. Estabelecimentos e assuntos locais séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Brotéria, 1953.

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. **A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências**. 2001. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

RENOU, René. A cultura explícita (1650-1750). In: MAURO, Frédéric. **O império luso-brasileiro 1620-1750**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

ROMEIRO, Adriana. **Um visionário na Corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. A dormição da Virgem: representações e cotidiano nas Minas setecentistas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE REPRESENTAÇÕES CRISTAS: TEXTOS E IMAGENS RELIGIOSAS NA AMÉRICA COLONIAL, 1, 2004, Vitória. **Atas...** Vitória: UFES, 2004. p. 1-18.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Arquidiocese de Mariana**: subsídios para sua História. 2 Tomos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Breve notícias do Seminário de Mariana**. Mariana: Ed. da Arquidiocese, 1951.

VIOTII, Hélio Abranches. **O anel e a pedra**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.